

Em branco



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2150 Terça - feira, 29 de Dezembro de 2009.

Poder Executivo

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 020-DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a renovação anual da autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros denominado serviço de táxis, referente ao ano de 2010 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, TRÂNSITO - SETRAT, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 2º e especificamente o inciso 2º do artigo 7º do Decreto 2773 de 20 de setembro de 1.995.

RESOLVE:

Art.1º - Fixar o início do recebimento do requerimento de renovação da autorização / **alvará 2010**, do transporte individual de passageiros denominado táxi para o dia **05 de Janeiro de 2010**, sendo o dia **04 de Fevereiro de 2010** a data limite para a apresentação do requerimento.

Parágrafo Único: Fica determinado este primeiro período somente aos permissionários e fixa o período de **04 de fevereiro a 04 de março** para os motoristas auxiliares.

Art. 2º - Todos os permissionários ou autorizados e motoristas auxiliares, com base no artigo 2º e inciso I do Artigo 7º do Decreto nº 2773/95, para requerer a renovação da autorização deverão apresentar e juntar ao requerimento os seguintes documentos:

- I. Apresentar a carteira original expedida pela SETRAT, no âmbito do seu aspecto físico (nome do permissionário, do veículo e segurador);
- II. Cópia da CNH e Apto para exercer atividade remunerada, em conformidade com a legislação federal;
- III. Trazer a certidão do condutor expedida no máximo 30 dias junto ao Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN;
- IV. Exame físico e mental do permissionário e condutor;
- V. Trazer cópia do comprovante de endereço atualizado (caso tenha mudado de residência);
- VI. Trazer Certidão Negativa Criminal do Cartório Distribuidor do Município de Rondonópolis-MT, (com no máximo 30 (trinta) dias de expedição), aos permissionários / condutores e condutores auxiliares que teve a sua certidão expedida dentro prazo de 03(três) anos;

VII. Declaração da entidade representativa da classe, comprovando a regularidade junto a categoria e atestado de quitação da taxa Federativa devidamente assinada pelo Presidente;

VIII. Cópia do CRLV- Certificado de Licenciamento e propriedade do veículo ou quando locado, cópia autenticada do contrato de locação atualizado (se for caso);

IX. O requerimento deverá constar assinatura do permissionário e motorista auxiliar mediante reconhecimento de firma em cartório, e fica vedada assinatura por parte dos representantes das entidades.

X. 01 (uma) fotografia ½ atual para o condutor e motoristas auxiliares, para carteira de identificação;

XI. Vistoria do Veículo, quanto à higiene e segurança

XII. Cópia do certificado de conclusão do curso (se for o caso);

XIII. Declaração de Regularidade de Situação do INSS dos últimos 6 meses;

§ 1º - O pedido de renovação da autorização que não for instruído de todos os documentos será indeferido de plano.

§ 2º - São serão vistoriados os veículos devidamente adesivados de acordo com artigo 11, do Decreto 2773/95, no padrão fornecido pela SETRAT.

§ 3º - Os veículos deverão obrigatoriamente ter afixado no painel do lado do passageiro em local visível, etiqueta tarifária adesiva em 15x04, com o número de informações - RECLAMAÇÕES SETRAT - 3411-5300, 3411-5301 e 3411-5302.

§4º- Os permissionários / condutores e motoristas auxiliares que tiveram suas autorizações precárias por 15(quinze) dias podendo ser renovada por igual período, e exercem atividade a menos de 01(um) ano devidamente cadastrado na SETRAT, terão que atender todos os requisitos acima descritos.

§5º-O motorista auxiliar, que for excluído, antes do início do recadastramento, terão prazo de 45(quarenta e cinco) dias para postular a sua reintegração ao sistema, desde que tenha vaga disponível, ficando dispensado do disposto do artigo 4º da lei 655/79, e cumprir somente a documentação necessária para fins de recadastramento, disposto do artigo 1º desta resolução;

§6º - Os motoristas auxiliares deverão atender todos os requisitos acima descritos, exceto ALVARÁ e CRLV.

Expediente

| | |
|--|---------------------------------|
| PREFEITO MUNICIPAL | JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO |
| Vice-Prefeita | Márcia Salles |
| Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social | Neuma de Moraes |
| Secretaria Municipal de Administração | Gerson Araújo de Oliveira |
| Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária | Valdir Correa |
| Secretaria Municipal de Desenv. Econ. | Valdemir Castilho Soares |
| Secretaria Municipal de Educação | Márcia Soares Rufino |
| Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer | Susan Meire Moretti Binha |
| Secretaria Municipal de Finanças | Adão Nunes |
| Secretaria Municipal de Governo | Milton Gomes da Costa |
| Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo | Ronaldo Sedy Itcava Uramoto |
| Secretaria Municipal de Meio Ambiente | Lindomar Alves da Silva |
| Secretaria Municipal de Planejamento | Fernanda Pereira Silva |
| Secretaria Municipal de Receita | Regina Celi Marques Ribeiro |
| Secretaria Municipal de Saúde | Valdecir Feltrin |
| Secretaria Municipal Transporte, Trânsito e Desenv. Urbano | Donizete A A de Souza |
| Procurador Geral do Município | Efraim Alves dos Santos |
| CODERX Cia Desenvolvimento Rondonópolis | Darci Lovato |
| Diário Oficial do Município | Anna Clara Quintana |
| IMPRO | Joemar Ramiro e Silva |
| SANEAR | Terezinha Silva Souza |
| ServSaúde | Vilmondes Aprigio da Silva Luz |

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

| Tabela de Preços do Diorondon | | | |
|-------------------------------|-----------|--|------------|
| Exemplar do dia no balcão | R\$ 0,50 | Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio) | R\$ 160,00 |
| Exemplar do dia anterior | R\$ 0,65 | | |
| Assinatura Semestral | | Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros | |
| retirada no balcão | R\$ 50,00 | por centímetro linear de coluna | R\$ 1,20 |

Artigo 2º- O permissionário, deverá comunicar o desligamento do motorista auxiliar que não fizeram recadastramento de 2010, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito horas), para que se proceda a sua exclusão;

Parágrafo único – De acordo com artigo 2º desta resolução, o motorista auxiliar excluído, poderá postular sua reintegração ao sistema, desde que cumpra com todos os requisitos disposto no artigo 4º da lei 655/79;

Art. 3º - Os taxistas que pleitearem a renovação dentre os requisitos deverão apresentar veículos à vistoria com no máximo 06 (seis) anos de fabricação salvo os que estejam em bom estado de conservação.

Art. 4º - Findo o prazo de 04 de Fevereiro de 2010 para os permissionários e 04 de março para os motoristas auxiliares, o primeiro terá até 31 de março de 2010 e para o último 31 de abril de 2010 para requererem a renovação da autorização mediante o prévio recolhimento da multa prevista de 50 (cinquenta) UFIRs, conforme o parágrafo 2º do artigo 7º do Decreto nº 2773/95.

Art. 5º - Os permissionários que atenderem aos requisitos necessários, serão autorizados e os motoristas auxiliares receberão carteira de identificação (se for caso).

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis (MT), 23 de Dezembro de 2009.

Registrada nesta Secretaria e publicada
Por afixação, no lugar público de costume.
Na data supra.

Donizete Aparecido Alves de Souza
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito

§ 2º - O mototaxista que estiver com processo de troca de motocicleta parado na SETRAT, só poderá fazer o recadastramento após resolver pendências.

§ 3º - Os capacetes apresentados à vistoria deverão estar em condições de higiene e segurança, devidamente numerados conforme o número da vaga.

Art. 4º - Findo o prazo de 15/03/2010, o mototaxista terá até 15/04/2010 para requerer a renovação da autorização mediante o prévio recolhimento da multa respectiva de 50(cinquenta) UFIRs, previsto no inciso II do decreto nº 5115/2008.

§1º - A partir do dia 15/04/2010, nenhum requerimento de renovação de autorização protocolado será deferido, sendo que as vagas remanescentes deixarão de existir e caducarão, conforme Artigo 3º Decreto n.º 5.115 de 24 de julho de 2008.

Art. 5º - Os mototaxistas que atenderem os requisitos e serem autorizados receberão carteira de identificação.

Art. 6º - Fixa em (800) oitocentas vagas para a exploração do serviço de moto taxi, conforme artigo n.º 6 da Lei 8.850 de 04 de abril de 2008.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis (MT), 23 de Dezembro de 2009.
Registrada nesta Secretaria e publicada
Por afixação, no lugar público de costume.
Na data supra.

Donizete Aparecido Alves de Souza
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito

Licitação

Em branco

RESOLUÇÃO Nº 021 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a renovação anual da autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros denominado mototáxi, referente ao ano de 2010 e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, TRÂNSITO - SETRAT, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Estadual Nº 8.850, de 04 de abril de 2008 e no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 3º do Decreto n.º 5.115 de 24 de julho de 2008.

RESOLVE:

Art.1º - Fixar o início, do recebimento da solicitação de renovação da autorização do transporte individual de passageiros denominado mototáxi para o dia 05/01/2010, sendo o dia 15/03/2010 a data limite para o protocolo do requerimento junto a SETRAT, mediante o pagamento da taxa respectiva que será de 10(dez) UFIRs, previsto no inciso I do artigo 3º do decreto nº 5115/2008.

Art. 2º - Todos os mototaxistas com base no Artigo 3º Decreto n.º 5.115 de 24 de julho de 2008, para requerer a renovação da autorização deverão juntar ao requerimento os seguintes documentos:

- I. Apresentar a Carteirinha original de mototaxi referente ano de 2009.
- II. Apresentar o original do ISSQN e ALVARÁ/2009;
- III. Cópia do DPVAT, CNH E CRLV; (se for o caso)
- IV. Certidão Negativa Criminal do Cartório Distribuidor do Município de Rondonópolis-MT, (com no máximo 30 dias de expedição);
- V. Certidão Negativa do condutor/DETRAN (com no máximo 30 dias de expedição);
- VI. Cópia do comprovante de aprovação do curso de formação nos CFCs credenciados, conforme Portaria 057/2005 e termo de compromisso firmado para os requerentes que não apresentaram em 2007(se for caso);
- VII. Vistoria do veículo e do capacete quanto à higiene e segurança;
- VIII. 01 fotografia ½ atual; para carteira de identificação de 2010.
- IX. Cópia do comprovante endereço atualizado(caso tenha mudado de residência);
- X. Declaração de Regularidade de Situação do INSS dos últimos 6 meses

Parágrafo Único - O pedido de renovação da autorização, que não for instruído de todos os documentos será indeferido de plano;

Art. 3º - Os mototaxistas que pleitearem a renovação dentre os requisitos deverão apresentar veículos à vistoria com no máximo 05 anos de fabricação.

§ 1º - Os veículos de ano de fabricação / modelo 2005/2006 terão que obrigatoriamente serem substituídos por veículos mais novos.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2009.

O SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS.
Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação em epígrafe: LOTE 01 – GIDEOLI TUBOS, VÁLVULAS E CONEXÕES LTDA - EPP com o valor global R\$ 74.001,00.

Rondonópolis-MT, 29 de dezembro de 2009

Marcos Brumatti
Pregoeiro

Rondonópolis-Mt

Edital de convocação

O presidente da Igreja Pentecostal Cidade Santa Nova - Jerusalém de Deus com seu templo sede situada na Rua A7, Nº 3204 Bairro Pedra Noventa Rondonópolis MT convoca todos seus membros para participarem da Assembleia Geral Ordinária e da segunda convenção Nacional nos termos dos artigos; 6,7,12,15,20,41,42 e 43 do Estatuto em vigor, a ser realizada nos dias 10 de Janeiro de 2009 no endereço acima citado, para deliberarem sobre as seguintes pautas;

A) Eleição e posse da Diretoria e comissão de contas para o Biênio 01/2010 a 01/2012.

B) Prestação de contas da gestão

c) Consagração de obreiros

d) Orientações Doutrinárias

Publica-se, cumpra-se

Rondonópolis-MT, 29 de dezembro de 2009

Presidente Nacional Pastor Gilberto Souza Lopes

Poder Legislativo

LEI Nº. 6.899, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a denominação de ruas e avenidas do Conjunto Habitacional Lúcia Maggi, localizado no município de Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVES, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 4º - ART. 59 DA LEI ORÇÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEQUENTE LEI:

Art. 1º - As Ruas e Avenidas do Conjunto Habitacional Lúcia passaram a ser as seguintes denominações:

Av. H - Av. Oregúida
Av. I - Av. Margarida
Av. J - Av. Jasmim
Rua A - Rua Osmari
Rua B - Rua Tulipa
Rua C - Rua Ipê
Rua D - Rua Jacaré
Rua E - Rua Transeleiro
Rua F - Rua Jequitibá
Rua G - Rua Azaleia
Travessa 1 - Travessa Camélia
Travessa 2 - Travessa Lirio

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009.
99ª da Fundação e 59ª da Emancipação Política.

Olímpio Alves
1º Vice-Presidente

Amador Martins da Silva Filho
1º Secretário

PL Nº 000001 - Da Renovação do Poder
Arquivado em: Casa Legislativa
Poderes - RONDONÓPOLIS

LEI Nº. 6.900, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a alteração o artigo 1º da Lei nº 68451, de 05 de junho de 2006, que dispõe sobre a realização da SEMANA MUNICIPAL DO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVES, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 4º - ART. 59 DA LEI ORÇÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEQUENTE LEI:

Art. 1º - Autoriza que o artigo 1º da Lei nº 68451, de 05 de junho de 2006, que dispõe sobre a realização da SEMANA MUNICIPAL DO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, e dá outras providências:

" Artigo 1º - Fica autorizada a ser no município de Rondonópolis, o mês da prevenção municipal no trânsito, a ser comemorado durante todo o mês de março de cada ano".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009.
99ª da Fundação e 59ª da Emancipação Política.

Olímpio Alves
1º Vice-Presidente

Amador Martins da Silva Filho
1º Secretário

PL Nº 000002 - Da Renovação do Poder
Arquivado em: Casa Legislativa
Poderes - RONDONÓPOLIS

§ 1º Previamente à aplicação das multas estabelecidas neste artigo, o infrator será notificado para regularizar sua situação no prazo 15 (quinze) dias, findo o qual estará sujeito a imposição dessas penalidades;

§ 2º Na reincidência as multas aplicadas sempre serão cobradas em dobro.

Art. 9º Fica o poder executivo municipal, autorizado a suplementar o orçamento vigente;

Art. 10 A competência para a fiscalização das disposições desta lei é para aplicação das penalidades nela previstas caberá a secretaria municipal de saúde, logo após sancionada a lei.

Art. 11 Revogando-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009; 93º da Fundação e 55º da Emancipação Política.

Olimpio Alves
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 242/2009 - Ver Ananias Fernandes de Souza
Arquivado nesta Casa Legislativa e Publicado no DIORONDON

Decreto

Decreto Legislativo nº 1320, de 09 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre conceder **TÍTULO DE CIDADÃO(O) RONDONOPOLITANO(O)**, às pessoas que mencionam, e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, DECRETOU E ELA PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Fica concedido **TÍTULO DE CIDADÃO(O) RONDONOPOLITANO(O)**, às seguintes pessoas:

ADONIAS FERNANDES DE SOUZA

1. HECLARA DO CARMO PIRES
2. DELCIDES SILVA ALBUQUERQUE
3. BOLESI AU ANTONIO DE ABREU E DORADA
4. LINDOMAR LEMES DOS SANTOS
5. PERY TABORELLI

ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO

1. MARCOS MACIEL DE OLIVEIRA
2. MARCOS PALEIROS DA SILVA

APARECIDO PEREIRA DA SILVA

1. AMADEO TIMÓTEO MARTINS
2. GERSON CAMILO DE PAULA
3. PEDRO PORTUGUÊS NETO
4. VALDIVINO FRANCISCO DOS SANTOS

HÉLIO ROBERTO PICHIONI

1. ERNESTINO VERÍSSIMO DA SILVA
2. HUMBERTO FAGUNDES LIMA
3. ALVARO LUIZ BONESSO FRUET

4. IZALTINA LAVES ORNANDES
5. VICENTE DE OUALA DE OLIVEIRA

FÁBIO ROBERTO RIBEIRO CARDOSO

1. LENIR MROZINSKI
2. ELIZIET NARCIZA PAULA DO PRADO
3. JOSÉ FRANCISCO DA CRUZ
4. LEANDRO GENOINO CERUTTI
5. TEREZINHA FERREIRA

JOÃO GOMES DOS SANTOS

1. NUVERSILINO MONTEIRO
2. MARIA BATISTA DE SOUZA
3. WALDEIRO FERREIRA DOS SANTOS
4. NELSON PAULINHO BONKER
5. ANTÔNIO ALEXANDRE DA SILVA

LOURISVALDO MANOEL DE OLIVEIRA-FULÔ

1. TENENTE CORONEL MARCO AURÉLIO SOUTO DE ARAÚJO
2. JAMIL HONORIO DA SILVA
3. GILBERTO DOS SANTOS
4. SILVAL BARBOSA
5. ROMEUSPIERING

MANOEL DA SILVA NETO

1. EURÍPEDES RIBEIRO JÚNIOR
2. EDINO FERREIRA NOGUEIRA
3. JOELCI ANTONIO GEHLEU
4. ALMIR BATISTA DE SANTANA
5. JOSÉ HENRIQUE BREDÁ

MARIUVA VALENTIN CHAVES

1. MARIA AUXILIADORA PARENTE DA SILVA
2. ANNEMARIE PSANN TOMCZIK
3. MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA
4. AMAZILIA SILVA DE OLIVEIRAGIO
5. GIOVANNILDO LOPES DA SILVA

MILTON MUTUM

1. SEBASTIÃO MAURICIO GALVÃO
2. CLEBER WILSON SAVARIS
3. JOÃO IVONIR THIEL
4. DANIEL LOCATELLI
5. MARIA VETORASSO.

MOHAMAD KHALIL ZAHER

1. MARIA MAZARELLO FARIA PINTO
2. LUCAS FRANCO PERRONE
3. CLAUDIO ZANOTTO
4. FERNANDO MOGI SCHEFFER
5. JUAREZ CLAUDIO GILLIERON

OLIMPIO ALVIS

1. JOÃO DE DEUS VALADÃO
2. EDALGINA DE CARVALHO AGUIAR
3. ANGELA MALUF DUARTE
4. MARCO ANTONIO MIRANDA SOARES
5. ASTROLINO ANTUNES DE SOUZA

REGINALDO DE SOUZA SANTOS

1. ANCELMO ALVES DE SOUZA
2. PASTOR CÉLIO ROSA DA SILVA
3. PROFESSOR VALDO BENEVIDES DA FONSECA
4. JOSEMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA
5. THÊMIS DE OLIVEIRA

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEI Nº. 6.042, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre autorizar instituir o Programa Interdisciplinar de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas escolas da rede pública de ensino do município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 8º - ART. 59 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º fica autorizado instituir o Programa Interdisciplinar de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da rede pública de ensino do Município.
§ único - a implantação do Programa de que se trata esta Lei será feita prioritariamente em escola com maiores índices de violência.

Art. 2º - São objetivos do Programa instituído por esta Lei:

- I - formar grupos de trabalho vinculados aos colegiados de escolas para atuar na prevenção da violência nas escolas, analisar as causas dessa violência e apontar possíveis soluções;
- II - desenvolver ações educativas e de valorização da vida dirigidas à criança, ao adolescente e à comunidade;
- III - implementar ações voltadas ao combate à violência na escola, visando a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos;
- IV - desenvolver ações que fortaleçam o vínculo entre a comunidade e a escola;
- V - garantir a formação dos integrantes do grupo de trabalho, incluindo-se o corpo docente, os servidores operacionais da rede de ensino e os membros da comunidade, visando a prepará-la para a prevenção da violência na escola.

§ único: os grupos de trabalho de que trata o inciso I deste artigo serão abertos e compostos por professores, funcionários, especialistas da área de Educação, pais, alunos e representantes da comunidade ligada a cada escola, sendo vedada a esses componentes qualquer tipo de remuneração em função do Programa instituído por esta Lei.

Art. 3º - as ações do Programa de que trata esta Lei serão desenvolvidas por meio do núcleo central, dos núcleos regionais e dos grupos de trabalho, conforme as disposições desta Lei.

Art. 4º - no núcleo central do Programa de que se trata esta Lei, ligado à Secretaria Municipal de Educação, caberá:

- I - Garantir a realização de estudos e a divulgação do material produzido nas unidades escolares;
- II - Traçar diretrizes para o desenvolvimento do Programa;
- III - Dar suporte ao desenvolvimento do Programa.

§ 1º - o núcleo central de que se trata o caput deste artigo terá composição intersecretarial e multiprofissional, com participação de técnicos:

- I - da Secretaria municipal de Educação;
- II - da Secretaria Municipal de Assistência social;
- III - da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - da Secretaria Municipal de Esporte, cultura e Lazer;
- V - das entidades não governamentais que possam contribuir nas áreas de psicologia, das ciências sociais e jurídicas, abrangidas pelo Programa.

§ 2º - os representantes componentes do núcleo central, previstos nos incisos I a V do § 1º deste artigo, farão convite formal às secretarias de Estado de Educação, de Defesa Social e de Saúde, para que enviem técnicos representantes para compor o núcleo central.

Art. 5º - nos núcleos regionais do Programa de que se trata esta Lei, ligadas às gerências regionais de Educação das Secretarias de Administração regional municipais, caberá:

- I - estabelecer conexão entre o núcleo central e os grupos de trabalho;
- II - dar retaguarda às ações de intervenção;
- III - dar orientação às escolas;
- IV - acompanhar a execução do Programa e levantar os resultados desta;
- Indicar as escolas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Programa, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

§ 1º - os núcleos regionais serão compostos por:

- I - representante do Conselho tutelar da Criança e do Adolescente;
- II - representante da Gerência Regional de Educação;
- III - representantes dos grupos de trabalho das escolas pertencentes a cada Secretaria da Administração Regional Municipal.

§ 2º - os componentes do núcleo regional previstos nos incisos I, II, III do § 1º deste artigo farão convite formal aos seguintes órgãos e entidades para que enviem representantes para compor o núcleo regional:

- I - grêmios estudantis;
- II - conselho municipal de Educação;
- III - conselho municipal de Saúde;
- IV - conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Rua Catalândia nº 424 - Ld. São - Fone: 3425-8784 - CEP: 78.710-080 - Mato Grosso

V - promotorias da Infância e da Juventude;
VI - pastores e entidades religiosas;
VII - universidades;
VIII - sindicatos e entidades de classe;
IX - demais representantes da sociedade civil e de entidades públicas ou privadas que possam contribuir para os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos contidos no Programa de que trata esta Lei.

Art. 6º - os grupos de trabalho, compostos na forma do parágrafo único do art. 2º, atuarão nas unidades escolares e contarão com a retaguarda do núcleo regional e com o suporte do núcleo central, com a função de operacionalizar e executar as ideias e ações pertinentes ao Programa de que se trata esta Lei.

Art. 7º - fica o executivo autorizado a estabelecer parcerias com entidades governamentais ou não governamentais - observados os requisitos legais que possam subsidiar o trabalho dos grupos de trabalho nas escolas.

Art. 8º - o programa de que se trata esta Lei poderá ser estendido às escolas particulares que constituem grupos de trabalho na forma aqui estabelecidos.

Art. 9º - esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009;
93º da Fundação e 55º da Emancipação Política.

Olimpio Alves
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 02/2009 - Ver Mariuva Valentin Chaves
Arquivado nesta Casa Legislativa e Publicado no DIORONDON

LEI Nº. 6.043, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de refletores luminosos nas caçambas de coleta de resíduos e afins, que são depositadas nas vias públicas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 8º - ART. 59 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Ficam as empresas obrigadas a implantar refletores luminosos fosforescentes - tipo catódótrico - nas caçambas coletores de resíduos e afins que são alocadas nas vias públicas do Município de Rondonópolis.

Art. 2º - A falta deste equipamento acarretará a aplicação de multa de 30 (trinta) UFIR por unidade que estiver sem o refletor, sendo a aplicação da multa dirigida para a empresa proprietária do equipamento de coleta.

Art. 3º - A fiscalização da existência dos refletores será de competência da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009;
93º da Fundação e 55º da Emancipação Política.

Olimpio Alves
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 06/2009 - Ver Mariuva Valentin Chaves
Arquivado nesta Casa Legislativa e Publicado no DIORONDON

LEI Nº. 6.044, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

QUE INSTITUI O PROGRAMA RESPIRE BEM NAS CRECHES E ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVYS, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 8º - ART. 59 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. QUE INSTITUI O PROGRAMA RESPIRE BEM NAS CRECHES E ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2º. Para prevenir o surgimento de doenças respiratórias, as creches e escolas da rede pública municipal promoverão ações educativas e preventivas, com objetivo de esclarecer pais, alunos, professores, funcionários e profissionais de saúde e da comunidade.

Art. 3º. Para diagnosticar as doenças respiratórias, serão realizadas exames a cada 12 (doze) meses e o primeiro semestre de cada ano letivo, atendendo crianças na faixa etária de 5 (cinco) até 6 (seis) anos de idade.

Art. 4º. Os exames serão realizados por profissionais habilitados no início de cada ano letivo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009;
93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 02/2009 - Ver. Hélio Roberto Pitolini
Arquivado nesta Casa Legislativa e

LEI Nº. 6.045, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Fica instituída a Lei Geral da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida estabelece critérios básicos para a promoção e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVYS, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 8º - ART. 59 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Capítulo I
Das disposições Gerais

Art.1º. - esta lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, grávidas e idosos no Município de Rondonópolis, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias públicas e espaços de uso público, no mobiliário urbano, na construção e na reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação.

Art.2º - Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

- I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes, das instalações e equipamentos esportivos e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, grávida e idosa;
- II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:
 - a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
 - b) barreiras arquitetônicas nas edificações: as existentes nos meios de transportes;
 - c) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou de massa.

III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, grávida e idosa a que temporária ou permanentemente tenha limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio de utilização;

IV - elemento de urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, ações de distribuição de energia elétrica, iluminação pública, redes de abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, suportes ou adicionados aos elementos de urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como

Rua Calafórnia, 171 - 1315 - Ld. São - Fone: 3425-5784 - CEP: 78.710-000 - Mato Grosso

semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI - ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso do meio físico;

VII - elevador adaptado: meio de transporte vertical ajustado para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, instalado em edifícios onde não é exigida a instalação de elevador convencional; eventualmente instalado em local, seguindo Normas Técnicas Registradas, previamente reservadas.

Capítulo II
Dos elementos da urbanização

Art.3º. - O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, grávidas e idosos.

Parágrafo único: Os novos loteamentos deverão contemplar rebaixamento de guias nos moldes da NBR - Norma Técnica Registradas, em seus locais de travessia.

Art.4º. - As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes no Município de Rondonópolis, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, que vise a maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, grávidas e idosos;

Art.5º. - O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário deste município, os seus compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade a associação brasileira de normas técnicas - ABNT.

Art.6º. - Os banheiros de uso público existente ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor pelo menos de um sanitário e um lavatório que atendam as especificações das normas técnicas da ABNT.

Art.7º. - Em todas as áreas de estabelecimentos de veículos, não residenciais, com mais de dez vagas, localizadas em vias ou em espaços públicos e privados, deverá ser reservada(s) vaga(s) próxima(s) dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

§1º. As vagas a que se refere o "caput" deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total de uma vaga por fração, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas da ABNT.

§2º. As vagas serão devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas da ABNT e o número necessário equivalente a dois por cento do total de vagas arredondando-se para cima a fração.

§3º. Quando na categoria de edifícios residenciais tiverem entre dez e trinta vagas, deverão reservar uma vaga para as pessoas portadoras de deficiência e acima de trinta vagas, ficam condicionadas às mesmas exigências do parágrafo anterior, sendo que a vaga reservada só para o condomínio.

Capítulo III
Do desenho e de localização do mobiliário urbano

Art.8º. Os sinais de trânsito, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

Art.9º. Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emitam sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Parágrafo único: Os parâmetros para aplicação do que estabelece o presente artigo serão definidos através de estudos realizados pelo órgão gerenciador de trânsito, ouvido o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art.10º. Os elevadores do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sua utilização pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, grávidas e idosos.

CAPÍTULO IV
DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art.11º. - a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, deverão ser executadas de modo a que sejam ou se tornem acessíveis as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, grávidas e idosos.

Parágrafo único: Para fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

- I - nas áreas comuns ou internas da edificação, destinadas a circulação e estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;
- II - pelo menos 1% das áreas principais no interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- III - pelo menos dois itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todos os dependências e serviços do edifício entre si com o exterior deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei;
- IV - os edifícios deverão dispor de banheiros acessíveis distribuído - se seus dependências ou com mobiliário de maneira a que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida respeitando - se o percentual mínimo de 5 % de cada vaga por banheiro conforme previsto nas normas técnicas da ABNT;

Rua Calafórnia, 171 - 1315 - Ld. São - Fone: 3425-5784 - CEP: 78.710-000 - Mato Grosso

LEI Nº. 6.059, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre autorizar o Poder Executivo a obrigar os estabelecimentos que fabricam e ou manipulam alimentos no município a proceder a limpeza e higienização dos reservatórios de água, para fins de manutenção dos padrões de potabilidade, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVYS, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 8º - ART. 59 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a obrigar os responsáveis pelos estabelecimentos que fabricam e ou manipulam alimentos e que possuem reservatório de água destinada ao consumo humano a manter os padrões de potabilidade vigentes

Art. 2º. - Caberá ao órgão municipal de vigilância sanitária fiscalizar o disposto no artigo anterior, podendo, no exercício desta fiscalização, intimar o responsável a proceder à limpeza dos reservatórios a cada seis meses e a realizar análise em laboratórios credenciados.

§ 1º. - Os comprovantes da execução da limpeza e higienização dos reservatórios, assim como os resultados dessa análise, deverão ser remetidos ao órgão fiscalizador e também serem afixados nos estabelecimentos, em local visível e de fácil leitura.

§ 2º. - Fica assegurado o livre acesso dos fiscais às dependências do estabelecimento para coleta de amostras e verificação do cumprimento desta Lei.

Art. 3º. - A limpeza, higienização e coleta de amostras dos reservatórios serão executadas exclusivamente por representantes das pessoas jurídicas capacitadas e/ou credenciadas pelo órgão fiscalizador.

§ 1º. - Enquanto o órgão fiscalizador não estiver credenciado as empresas especializadas, será admitido o credenciamento concedido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente-SEMA.

§ 2º. - Ficam sujeitos a esta programa todos estabelecimentos que fabricam e ou manipulam alimentos no município.

§ 3º. - A empresa credenciada para executar os trabalhos de limpeza e higienização deverá, sempre que entender necessário, orientar, por escrito e mediante recibo, os responsáveis pelos reservatórios a tomar providências que possam causar contaminação de água, cessando em esta medida sua co-responsabilidade.

Art. 4º. - Fica o órgão fiscalizador competente autorizado a criar e regulamentar um programa de auditoria de reservatórios de água destinados ao consumo humano de que trata a presente lei.

Art. 5º. - A inobservância, por parte do estabelecimento mencionado no artigo 1º da presente lei dá lugar às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais);
- III - interdição do estabelecimento.

Art. 6º. - O Poder Executivo regulamentará as normas legais necessárias à fiel execução desta Lei.

Art. 7º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009; 93ª da Fundação e 55ª da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 07/2009 - Ver. Marilene Valentin Chaves
Arquivado nesta Casa Legislativa e Publicado no DIORONDON

LEI Nº 6.060, 08 de dezembro de 2009.

Dispõe sobre normas de segurança para utilização de reservatórios de água para banho, lazer, atividades terapêuticas, atividades educacionais ou atividades esportivas, destinados à utilização de uso público, de uso coletivo restrito, de uso familiar e em caso de uso especial, a serem adotadas por proprietários desses imóveis evitando a proliferação de mosquitos causadores de dengue e da febre amarela, e outras doenças causadas pela baixa qualidade da água e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVYS, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 8º - ART. 59 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Para efeito desta lei, as piscinas e demais locais de banho, classificam-se em:

I - de uso público - utilizados por coletividade em geral;

II - de uso coletivo restrito - utilizado por grupos de pessoas, tais como: piscinas de clubes, condomínios, escolas, academias;

III - entidades, associações, hotéis, motéis, edifícios, condomínios fechados e conjuntos habitacionais;

IV - de uso familiar - os pertencentes a residências, uni - familiares;

V - de uso especial - os destinados a fins terapêuticos ou outros que não seja de esportes e recreação.

Art. 2º. Ficam os responsáveis por imóveis dotados de piscinas obrigados a manter o tratamento adequado da água de forma a não permitir o surgimento ou a proliferação de mosquitos, encaminhando à autoridade de saúde pública, para fins de comprovação do atendimento à esta norma, laudo químico mensal emitido por laboratório credenciado junto à vigilância sanitária, com informações sobre o controle da qualidade da água em conformidade o portaria nº. 518/2009.

Art. 3º. É obrigatório o cadastramento, na Secretaria Municipal de Saúde, das empresas que fazem o tratamento da água de piscina, firmas de limpeza e desinfecção de reservatórios bem como a comercialização de produtos químicos destinados ao tratamento da água de piscina.

Art. 4º. Os responsáveis pelas empresas que fazem o tratamento da água de piscina deverão atender as seguintes exigências:

- I - realização de cursos de tratamento de água de piscinas para os operadores;
- II - instituições de campanhas informativas permanentes, dirigidas aos usuários e aos operadores das piscinas, versando sobre os princípios básicos de saúde;
- III - emitir mensalmente relatórios completos das piscinas em que fazem tratamento, constando nome do proprietário e o endereço.

Art. 5º. As piscinas deverão cumprir as normas técnicas e estarão sujeitas à inspeção periódica da vigilância sanitária e quando de razões de saúde pública.

Art. 6º. Está sujeito ao pagamento de multa o proprietário de piscina que não apresentar laudo químico mensal cumprindo as normas técnicas recomendadas pela vigilância sanitária em relação às piscinas e locais de banho de uso público, de uso coletivo restrito, de uso coletivo restrito, de uso familiar e de uso especial.

Art. 7º. Esta sujeita ao pagamento de multa o proprietário de empresa que emitir o relatório mensal em relação a todas as piscinas que são desenvolvidas tratamentos.

Art. 8º. O não cumprimento das disposições previstas na presente lei acarretará aos infratores as seguintes multas:

Parágrafo Único – A cada sessentete correspondêr um suplente.

Art. 9º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação indicados ou eleitos será de dois anos, sendo permitida apenas uma reeleição consecutiva.

Parágrafo Único – O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação que compõem a Comissão Executiva do Conselho indicados ou eleitos será de dois anos, sendo permitida apenas uma reeleição consecutiva.

Art. 10º - Os membros do Conselho e sua Comissão Executiva serão nomeados pelo Prefeito do Município de Rondonópolis, através de decreto, mediante acordo homologado pelo Prefeito do Município de Rondonópolis, através de decreto, mediante autorização dos representantes do Poder Público e após a eleição dos representantes da sociedade civil.

Art. 11º - As reuniões do Conselho Municipal de Habitação se farão em um ou mais dias da semana de 15 de maio a 15 de junho.

Art. 12º - As decisões do Conselho Municipal de Habitação serão tomadas em reuniões que serão convocadas no Secretário Municipal de Habitação para homologação.

Art. 13º - As deliberações do Conselho Municipal de Habitação serão homologadas pelo Secretário Municipal de Habitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da deliberação.

§ 1º - A homologação será elaborada pelo Secretário Municipal de Habitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da deliberação.

§ 2º - Caso o Secretário Municipal de Habitação não homologue as deliberações do Conselho Municipal de Habitação no prazo estabelecido pelo § 1º, as mesmas deverão retornar ao Conselho com pendência, para decisão na próxima reunião, sendo sendo encaminhadas as informações para as autoridades das pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 14º - Compete à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, proporcionar ao Conselho Municipal de Habitação condições para o pleno e regular funcionamento, dando-lhe suporte técnico, administrativo e financeiro, quando necessário.

Art. 15º - O Conselho Municipal de Habitação é órgão de deliberação plena e consultiva, configurado pelo conjunto conjunto de seus membros, sendo que seus atos de funcionamento serão homologados em Regulamento Interno.

Parágrafo Único - As reuniões institucionais não poderão ser convocadas com a ausência de maioria absoluta dos membros e por motivo justificável.

Art. 16º - A constituição do Conselho Municipal de Habitação será feita no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir da publicação da presente Lei.

Art. 17º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009.
15ª da Fundação e 15ª da Emancipação Política.

Olímpio Almeida
1º Vice-Presidente
Anselmo Martins de Souza Filho
1º Secretário

Ver CF: Artigo 166
Arquivado em: Casa Legislativa e Publicação no DIORONDON

LEI Nº. 6.051, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

FICA INSTITUÍDO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE À OBESIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DISCRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU, VEREADOR OLÍMPIO ALMEIDA, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 1º - ART. 39 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEQUENTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído no calendário oficial do município de Rondonópolis "A semana de conscientização, prevenção e combate à obesidade" a ser realizada na última semana do mês de junho.

Art. 2º - O poder Executivo do Município, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação, deverão fazer, durante o evento, utilizando para este fim, entre de outras de sua política, podendo utilizar-se de outros locais que julgar convenientes.

Art. 3º - A semana Municipal para Conscientização, Prevenção e Combate à obesidade terá as seguintes finalidades:

I – Educar e conscientizar quanto ao risco de doenças;

II – Promover a integração das pessoas portadoras de doenças em todos os níveis sociais;

III – Promover a Campanha Educativa visando à prevenção e a conscientização quanto à prevenção da obesidade;

IV – Promover a integração das informações com o comunidade visando às situações efetivas para as dificuldades das pessoas portadoras de doenças.

Art. 4º - Fica dada a semana de prevenção da obesidade sanitária, não, porém com exclusão de visitas, visitas, visitas, visitas e visitas.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por ato próprio.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009.
15ª da Fundação e 15ª da Emancipação Política.

Olímpio Almeida
1º Vice-Presidente
Anselmo Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL Nº 02/2009 - Ver. Helder Roberto Petrosi
Arquivado em: Casa Legislativa e Publicação no DIORONDON

LEI Nº. 6.052, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui o Projeto "Lixo Consciente, uma ideia reciclável" no município de Rondonópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DISCRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU, VEREADOR OLÍMPIO ALMEIDA, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 1º - ART. 39 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEQUENTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito municipal, o projeto "LIXO CONSCIENTE, UMA IDEIA RECYCLAVEL", que visa orientar a população em geral sobre a postura de resíduos recicláveis na área urbana da cidade de Rondonópolis.

Parágrafo Único - O Projeto que trata o "caput" deste artigo tem finalidade educativa e visa colaborar com o fim da produção incorreta de lixo orgânico e reciclável, bem como educar a população sobre a maneira correta de armazenar e seus respectivos hábitos de postura como forma de facilitar a sua coleta.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Departamento de Resíduos Sólidos do SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, deverão responsáveis em elaborar campanha institucional educativa junto as Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação e junto a população em geral, visando esclarecimento quanto a forma correta de acondicionamento de resíduos orgânicos e resíduos recicláveis, bem como a maneira correta de sua colocação no espaço público respectivo horários.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos comerciais localizados no município de Rondonópolis receberão instruções específicas sobre o acondicionamento dos resíduos provenientes de suas atividades, bem como a melhor forma de disponibilizá-los a fim de facilitar a sua coleta.

Art. 3º - Fica incumbido a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e ao Departamento de Resíduos Sólidos do SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, disponibilizar profissionalmente devidamente capacitados para desenvolver a campanha mencionada no "caput" do art. 2º desta Lei, bem como firmar convênios com instituições e/ou empresas particulares para a execução do presente projeto.

Parágrafo Único - O Executivo Municipal criará mecanismos de divulgação do projeto.

Art. 4º - Fica a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Departamento de Resíduos Sólidos do SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, fazer orientações visando a melhor forma de desenvolver o projeto "LIXO CONSCIENTE, UMA IDEIA RECYCLAVEL" junto as unidades de ensino da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º - Esta Lei regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei vigorará na data de sua publicação.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009.
15ª da Fundação e 15ª da Emancipação Política.

Olímpio Almeida
1º Vice-Presidente
Anselmo Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL Nº 02/2009 - Ver. Helder Roberto Petrosi
Arquivado em: Casa Legislativa e Publicação no DIORONDON

LEI Nº. 6.053, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a entrega da letra do Hino Municipal à Escola Municipal e que sejam tocadas em eventos oficiais do município de Rondonópolis - MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DISCRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU, VEREADOR OLÍMPIO ALMEIDA, NA QUALIDADE DE 1º VICE-PRESIDENTE E NOS TERMOS DO § 1º - ART. 39 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, PROMULGO A SEQUENTE LEI:

Art. 1º - É obrigatória a entrega da letra do Hino Municipal a toda Escola Municipal, para que as professoras, passem a ensinar os alunos da Rede Pública Municipal. E que todos os eventos municipais toquem o Hino Municipal.

Art. 2º - Esta Lei deverá entrar em vigor a contar da data de sua publicação.

Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2009. 15ª da Fundação e 15ª da Emancipação Política.

Olímpio Almeida
1º Vice-Presidente
Anselmo Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL Nº 02/2009 - Ver. Helder Roberto Petrosi
Arquivado em: Casa Legislativa e Publicação no DIORONDON